

# Déjà vu em Angola: o Burkina Faso e o mito do efeito de contágio

PAULO GORJÃO

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Após dois dias de intensas manifestações populares no Burkina Faso, o Presidente Blaise Compaoré foi forçado a demitir-se e a procurar refúgio na Costa do Marfim. Compaoré esteve no poder durante 27 anos e foi precisamente a tentativa de se perpetuar por mais tempo no cargo presidencial que acabou por originar a sua queda. Tal como acontecera durante a Primavera Árabe em 2011,<sup>1</sup> com a deposição de Ben Ali na Tunísia, Muammar Kadhafi na Líbia e Hosni Mubarak no Egipto, o afastamento de Compaoré transformou-se num motivo de esperança, para uns, e de receio, para outros, em Angola. De algum modo, os acontecimentos no Burkina Faso vieram lembrar, caso fosse necessário, que José Eduardo dos Santos é um dos líderes há mais tempo em funções na África Subsariana. Mas quer isto dizer que a queda de Compaoré deve constituir um motivo de esperança e de receio? O que mudou em Angola entre 2011 e 2014? Será que existe realmente a possibilidade de um efeito de contágio?

A resposta imediata é que não há nenhum motivo para ter a esperança, ou o receio, de que os acontecimentos no Burkina Faso provoquem qualquer tipo de réplica ou de efeito de contágio.<sup>2</sup> Em primeiro lugar porque não existe

uma contiguidade geográfica, ou um passado em comum, entre Angola e o Burkina Faso. Pura e simplesmente, a geografia e a história não funcionam como um transmissor de qualquer tipo de estímulo político e social. Segundo, tendo terminado apenas em 2002, os 27 anos de guerra civil estão ainda muito vivos na memória colectiva angolana. É certo que nem todos beneficiam de igual modo dos dividendos da paz, mas é indiscutível e inegável que as condições de vida melhoraram muito nos últimos 12 anos. Ora, o crescimento económico nunca funcionou como motor de instabilidade política, antes pelo contrário. Em terceiro lugar, não existe uma alternativa concreta à hegemonia do MPLA, ou uma figura carismática que lidere a oposição. Assim, ao contrário do que aconteceu durante a Primavera Árabe, ou agora no Burkina Faso, tanto quanto é possível antecipar, não se vislumbra um catalisador, ou descontentamento em proporções significativas, que mobilize os angolanos. Deste ponto de vista, em Angola nada mudou entre 2011 e 2014.

Naturalmente, há angolanos que não se revêem na longa liderança de José Eduardo dos Santos. Muitos abstiveram-se ou não votaram no MPLA nas eleições gerais de Agosto de 2012. Em todo o caso, o MPLA obteve 71,8% dos votos, num acto eleitoral que, com um ou outro reparo relevante e substantivo, foi considerado livre e justo pelos observadores da CPLP, SADC e União Africana.

Talvez mais do que nunca, hoje não existe em Luanda qualquer tipo de bloqueio institucional, ou problema de legitimidade política, numa escala que justifique manifestações populares semelhantes às que ocorreram em

1 Ver Vasco Martins, "Empty words of revolution in Angola" (*IPRIS Viewpoints*, No. 43, March 2011).

2 Ver Carina Branco, "Sismo político no Burkina Faso pode ter réplicas em Angola?" (*RFI*, 8 de Novembro de 2014), e, Nádía Issufo, "Burkina Faso: Angola e outros regimes temem efeito de contágio" (*Deutsche Welle*, 3 de Novembro de 2014).



Ouagadougou. Tal não quer dizer que não seja legítimo e razoável discutir, em Angola e no exterior, a sucessão política de José Eduardo dos Santos. Como é óbvio, os 72 anos do Presidente constituem uma razão mais do que suficiente para, mais tarde ou mais cedo, tornar incontornável a questão da sua sucessão política. Daí, aliás, a aparente relevância da escolha de Manuel Domingos Vicente para Vice-Presidente de Angola.

Dito isto, tanto quanto é possível perceber, se alguém espera que a queda de Campaoré venha a provocar o afastamento de José Eduardo dos Santos, talvez seja melhor voltar a colocar as garrafas de champanhe no frigorífico.

**EDITOR** | Paulo Gorjão  
**EDITOR ASSISTENTE** | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)  
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa  
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>  
email: [ipris@ipris.org](mailto:ipris@ipris.org)

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Gold Sponsor



Silver Sponsor



Parceiros



Mecenas

